

OS LUGARES DA HISTÓRIA ORAL E DA MEMÓRIA NOS ESTUDOS DE GÊNERO

*Losandro Antonio Tedeschi**

Resumo: Neste artigo discutiremos alguns elementos no campo da história oral a partir dos quais se abrem amplas perspectivas de investigação e de conhecimento sobre a história das mulheres e os estudos de gênero. Não há futuro para a História das mulheres sem um permanente exercício arqueológico da memória, porque sem esta não se pode construir nem resguardar a identidade. A memória é matéria-prima da história, e a própria realidade é marcada por elaborações e interpretações que os sujeitos fazem.

Palavras-chave: Gênero; História Oral; Memória Feminina.

* Doutor em História, professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil.
E-mail: losandrotedeschi@ufgd.edu.br

LOCALES OF ORAL HISTORY AND MEMORY IN GENDER STUDIES

ABSTRACT: In this article discusses some elements in the field oral history from which open up broad prospects for investigation and knowledge about women's history and gender studies. There is no future for women's History without a permanent archaeological exercise of memory, because, without this exercise, it is not possible to build or safeguard the identity. Memory is the raw material of history, and elaborations and interpretations mark the reality itself that the subjects make of it.

KEYWORDS: Gender; Oral History; Women's Memory.

LOS LUGARES DE LA HISTORIA ORAL Y MEMORIA EN LOS ESTUDIOS DE GÉNERO

Resumen: En este artículo vamos a discutir algunos elementos en el campo de la historia oral a partir de los cuales se abren amplias perspectivas de la investigación y del conocimiento sobre la historia de las mujeres y los estudios de género. No hay futuro para la historia de las mujeres sin un permanente ejercicio arqueológico de la memoria, porque sin esto no se puede construir ni proteger la identidad. La memoria es materia prima de la historia, y la propia realidad es marcada por elaboraciones y interpretaciones que los sujetos hacen.

Palabras clave: Género; Historia Oral; Memoria femenina.

Introdução

Vivemos num mundo onde emergem novas identidades culturais, sexuais e sociais, que buscam afirmação, destroem fronteiras, apagam tabus e ocupam espaços políticos, num tempo de ruptura das velhas certezas e práticas sobre o conhecimento humano. Para o historiador, que cumpre uma função social, o desafio seria estimular e contribuir para que as condições de registro e visibilidade da memória possam se efetivar, levando em conta aquilo que Pierre Nora (1993) nos diz sobre a necessidade de homens e mulheres alimentarem a história com os resquícios do passado.

O desenvolvimento da história oral como parte de um método de investigação participativa abriu-se como um campo promissor em relação à tarefa de descobrir “novos” sujeitos, sua ação e interpretação do presente, apoiada na sua consciência do passado. Esse método busca pontos de encontro entre a história, a antropologia e as ciências sociais, como parte de um processo de construção da memória individual e coletiva, fruto de um trabalho compartilhado e participativo dos sujeitos – protagonistas de uma dada realidade.

As discussões sobre memórias femininas e o uso de fontes orais para “resgatar” a “história das mulheres” proliferaram na década de 1980 e explicitaram sua preocupação em dessencializar a memória feminina. Porém, terminaram por fixar uma identidade: a categoria mulher que, enquanto tal, ficaria imune à historicidade.

A esse respeito, diversas perspectivas têm insistido na ausência de uma identidade coletiva das mulheres, mas, na tentativa de escapar de uma identidade ancorada nos componentes biológicos do feminino, acabaram por afirmar uma “verdade”, na qual o social deriva do biológico, tornando-as “pequenas” sombras na história.

É frequente ler afirmações que aludem a diferenças entre memórias masculinas e femininas atravessadas por relações de poder e que resultam em papéis sociais distintos para homens e mulheres. Dizer que a mulher fala da família e o homem de outros assuntos é quase um lugar comum nesses textos. Michelle Perrot (1989), ao discutir a possível “especificidade” da memória feminina, afirma que, ao ancorá-la na natureza e no biológico, ela passa a não existir. Entretanto, haveria uma especificidade na medida em que as práticas socioculturais presentes nas operações que constituem a memória estão imbricadas nas relações masculino-femininas reais e, como elas, são produto de uma história. A memória, forma de relação com o tempo e com o espaço, seria profundamente sexuada, marcada pelo poder das narrativas homogeneizantes e patriarcais.

A autora considera que a memória é marcada e estruturada por papéis sociais. Papéis masculinos, desempenhados às vezes por mulheres, e femininos, que podem ser desempenhados por homens. Perrot conclui que a memória é diversificada de acordo com os itinerários individuais. Em suas palavras: “A memória passa mais pelo modo de vida que pela variável sexo [...], sua sexualização seria constitutiva do debate das determinações sócio-históricas do masculino e do feminino” (PERROT, 1989, p. 12).

O uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que os pesquisadores focalizem as relações entre homens e mulheres, analisando de que maneira, em diferentes momentos do passado, as tensões, os conflitos e os acontecimentos eram construídos, narrados e escritos.

A historiografia oficial atuou como uma eficaz ferramenta de dominação e de justificação das estruturas existentes, baseadas em uma ideologia posta a serviço do patriarcado. Dessa maneira, os setores marginalizados, tal como o feminino, foram participantes ativos da história, mas submergiram muitas vezes no anonimato, tendo sido apresentados de forma intencional como um grupo anônimo e sem consciência histórica, cuja dinâmica e evolução interna careciam por completo de valor para os historiadores “tradicionais”.

Essa prática de “apagamento” da memória feminina tem se transformado há várias décadas, sendo reivindicada por uma nova historiografia, uma nova interpretação sobre o uso da escrita na história em relação aos distintos tempos, seja na cidade, entre os letrados, os não letrados, dentre outros, à luz dos estudos de gênero que nos conduzem a descobrir outra história do possível.

Para tal efeito, tem sido levada a cabo uma profunda transformação na historiografia, que alcançou inúmeros aspectos do estudo da ciência histórica, os quais abriram o horizonte do conhecimento a uma extensa área até então desconhecida. Essa nova história libertou a ciência histórica de estruturas, métodos e interpretações, pois obrigava a sacudir as velhas práticas rígidas e patriarcais que impediam a incorporação de novos sujeitos na história.

Esse processo de mudanças significou romper estruturas, velhos arquétipos, e voltar às instâncias do saber marginal, do saber esquecido, o das mulheres, presentes – ausentes no plano de subjetividade histórica e no processo de sua humanização. Ao passar a historiografia pelo olhar dos estudos de gênero e pela influência de uma epistemologia feminista, há um entrelaçamento de objetividade e subjetividade, explicação e compreensão, confrontando linguagens do presente com situações do passado.

As realidades descritas pela história passam a ser questionadas em sua construção e interpretação, o que leva a uma crítica epistemológica dos interesses dos grupos que a constroem e que se apropriam dela, produzindo percepções e representações dessa realidade. Passa-se a dar atenção às narrativas para captar o modo como foram fabricados os “regimes de verdade” que ditaram a história no masculino.

Sara Beatriz Guardia (2005) aponta que a reconstrução do passado feminino supõe uma mudança radical no paradigma histórico e leva a uma reformulação nas categorias de análise histórica, reescrevendo-as dentro de outros modelos interpretativos. Scott (2008), por sua vez, considera que a história social deve assumir a dimensão que considere a relação entre os sexos como fatores fundamentais do devir histórico, e que, por isso, as relações desiguais entre os sexos são construções desiguais entre homens e mulheres que estão presentes na produção dos mecanismos de desigualdade social. Segundo a definição de Scott, o gênero é uma construção histórica e um campo de articulação das relações e de produção de significados de poder que opera não somente na diferença sexual, mas também por meio da linguagem, nos discursos.

Ao questionar a história pelo viés de gênero, a história das mulheres põe em cena um conjunto de problemas em que se incluem categorias importantes para a historiografia: “o tempo, o trabalho, o valor, o sofrimento, a violência, o amor, a sedução, o poder, as representações, as imagens, o real, o social, o político, a criação e o pensamento simbólico.”

Nesse sentido, a história oral é parte do processo histórico. Quando falamos de história das mulheres, referimo-nos a um processo de tomada de consciência de si mesmo. Se um grupo ou um indivíduo pensa historicamente, faz história oral. Ao narrá-la em si mesma, cria um processo de identidade a partir da experiência da própria vida e dos sujeitos que a cercam.

Nesta perspectiva, a história oral enquanto método é signatária da nova história, que apresenta uma valorização das experiências femininas mediante uma nova forma de abordar a história, revisando modelos de significação que estavam impregnados em todos os grupos sociais e visibilizando os fatores que silenciaram as mulheres na história.

Joan Scott (2008) assinala também que a história das mulheres deve ser escrita a partir de uma lógica de investigação diferente da aplicada na historiografia tradicional. Isso significa reescrever a história sob uma perspectiva feminina, interpretar de maneiras diferentes, reformular a análise histórica e revisar conceitos e métodos existentes com o objetivo de converter as mulheres em sujeitos da história, reconstruir suas vidas em toda sua diversidade e complexidade, mostrando como atuaram e resistiram às circunstâncias impostas. O uso dessa lógica envolve, ainda, inventariar as fontes com as que contamos e dar um sentido diferente ao tempo histórico, destacando o que foi importante na vida das mulheres.

A memória e o silenciamento feminino

Todos aqueles que se vinculam ao uso da história oral se questionam sobre o papel que a memória desempenha. Segundo Jacques Le Goff (1996), a memória é a capacidade de conservar determinadas informações, remetendo a uma complexa função psíquica. Ela capacita a humanidade a ter condições de atualizar impressões e informações do passado, de compreender e produzir ideias, de transmitir experiências e de definir-se a si mesma, ou seja, ela intervém no processo social.

A memória como categoria de análise pode ser utilizada como ferramenta teórico-metodológica de distintas disciplinas e áreas de trabalho. Como categoria social, refere-se à maneira que diferentes atores e seus usos da memória abraçam o social, o político e as conceitualizações, crenças do sentido comum.

Ao propor que a memória é matéria-prima da História, Ricoeur (2007) reconheceu que a construção histórica que interpreta a realidade é marcadamente subjetiva, dada pelo sujeito que participa da construção do objeto. Assim, podemos entender que se a história é uma construção marcadamente subjetiva, o caráter de “verdade”, que passa a ser historicizado, é recortado pelos sujeitos que relatam. Quando abordamos a história na perspectiva de gênero, vamos descobrindo que os valores aceitos pela historiografia estão sempre nas mãos do sujeito que constrói a narrativa e lhe atribui significados.

O passado sempre é ativado num presente e em função de expectativas futuras. Na prática da história oral, coloca-se a questão do modo como que se configuram os conteúdos da memória dos sujeitos entrevistados. Halbwachs (2006) aponta, a esse respeito, que a capacidade humana de recordar permite evocar e recuperar a memória para incorporar seus conteúdos ao ritual social da conversação. Nesse sentido, como afirma Janaina Amado (1996), há um acerto dos historiadores orais quando consideram as fontes da memória como percepções sociais dos feitos que estão imersos nos processos e contextos sociais mais amplos, em busca dos sentidos sociais, se torna um objetivo pertinente e possível.

As memórias se constroem e se organizam a fim de incursionar o sentido das vivências do passado e, para tanto, é necessário expô-las seletivamente, publicamente e coerentemente para dar conta da trajetória de vida pessoal em sociedade. Por isso, conceber a memória como algo por construir, mais que mostrar uma lembrança, é um giro heurístico importante que beneficia a reflexão e traz à luz uma história silenciada.

A construção de lembranças envolve a utilização de códigos culturais compartilhados. Apesar de as memórias pessoais serem únicas e irrepetíveis, uma pessoa nunca recorda sozinha, sempre está imersa em uma ordem coletiva que a contém. Dizemos que as pessoas falam – cada vez – como sujeito individual e coletivo, então, quando criam e transmitem suas lembranças, o faz a partir dessa dupla condição. A lembrança coletiva pressupõe e se expressa somente a partir da recordação individual. Sem a presença de ambos fica impensável a formação da consciência e, portanto, da memória coletiva histórica¹.

Tal questão nos leva ao questionamento sobre o peso que a história das mulheres tem nos processos de construção da memória. Maurice Halbwachs (2006) nos afirma que as memórias estão sempre marcadas socialmente.

[...] para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2006, p. 37).

Tal como afirma o autor, esses marcos da memória estão ligados à família, à religião, à cultura, à classe social, e são portadores de representações da sociedade, de suas necessidades e valores. Incluem, ainda, uma visão de mundo e ditam, muitas vezes por meio de relações de poder, os sentidos das identidades de gênero, da própria história etc.

Por isso, a memória, na história das mulheres, é uma reconstrução desde o presente. Mais que uma recordação, é uma interação entre o passado e o presente e está culturalmente e coletivamente marcada por representações de gênero porque é produzida por sujeitos que determinam o que é ou não verdadeiro na cultura² – o que não encontra sentido dentro desse quadro, ou se esquece, ou silencia-se, como o caso da história das mulheres.

As memórias de mulheres inseridas em grupos sociais sejam eles étnicos, produtivos, culturais, políticos, entre outros, constroem um conjunto de memórias compartilhadas socializadas pelo seu gênero. O coletivo dessas memórias está marcado por tradições herdadas

e memórias individuais, com alguma organização social e uma estrutura dada por códigos culturais compartilhados.

Quando mulheres narram acontecimentos de que foram participantes, o coletivo está na sua maneira de narrar, na sua interpretação, no seu pensamento. Para Portelli (1997), a memória, ao constituir-se como fonte informativa para a história, constitui-se também como base da identidade, por meio de um processo dinâmico, dialético, que contém as marcas do passado e as indagações e necessidades do tempo presente.

Ao se lembrarem do passado, as mulheres selecionam certas lembranças que as põem em relação com os outros. Esses são parâmetros de identidade que ressaltam certas marcas de identificação grupal e, ao mesmo tempo, de distinção dos outros e que se convertem em marcos sociais para enquadrar as memórias dentro de uma temporalidade ainda em construção. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior,

Escrever história é também mediar temporalidades, exercer a atividade de tradução entre naturezas, sociedades e culturas de tempos distintos. Colocados nesta terceira margem da temporalidade, que é o presente, o(a) historiador(a) tem a tarefa de construir com sua narrativa uma canoa que possa mediar, fazer se tocar as margens do passado e do futuro. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 33).

Ao abordarmos a memória coletiva numa perspectiva de gênero, podemos ver que ela possui um movimento de recepção e transmissão. Esse movimento é o que forja a memória do grupo e que estabelece o contínuo de sua memória. A memória definida desta maneira não se trata de um acúmulo de conhecimentos, datas, referências ou objetos, pelo contrário, está formada por práticas culturais, tradicionais, valores, ritos, modos de relação, símbolos, crenças, determinados muitas vezes por representações do que é ser homem e mulher na história, definindo sua identidade. Interpretar o que as pessoas faziam ou diziam, compreender o que supõe os seus gestos, suas palavras é ir em busca de uma nova hermenêutica, aquilo que Foucault chama de “elucidação do sentido”.

Um dos efeitos da prática social da memória é naturalizar as identidades sociais, as formas pelas quais os grupos de mulheres se definem a si próprios e pelas quais elas são definidas por outros grupos. As identidades só se definem por meio de um processo de construção da diferença, processo que é fundamentalmente cultural e social. Ao perpetuar pela história, a memória de certo grupo social produz a diferença e, portanto, a identidade, que leva a práticas de significação do que seja homem ou mulher, em que os significados são impostos por relações de poder.

É nessa conexão entre poder, memória, representação e identidade que os grupos historicamente subordinados contestam precisamente a normalidade e a hegemonia de identidades e papéis sociais impostos. Nesse campo de contestação, as identidades reprimidas, sejam elas de mulheres, indígenas ou negros, passam a lutar pelo controle da produção das representações e ao mesmo tempo buscam romper com as narrativas hegemônicas que ditam suas identidades (SILVA, 2005). A constatação de Joan Scott (1990) expressa bem esse processo: a discriminação e a exclusão não são resultado da diferença, mas a diferença é o resultado da discriminação.

A memória, tal como a identidade, tampouco é um produto final acabado. Ela é objeto de incessante construção. Os resultados dessa construção, como práticas de significação a que está vinculada, são sempre determinados por quem a produz, ou seja, quem tem o poder de nomear. Como diz Stuart Hall (2003, p. 74), deve-se pensar na identidade como uma “produção, que nunca está completa, que está sempre em processo, e é constituída no interior, e não fora, das representações”. Além disso, esse processo de formação da identidade *versus* memória está sempre referindo ao “outro”, à diferença.

Ao nos debruçarmos sobre a história das mulheres, buscamos construir um balanço minucioso na historiografia visando recuperar a singularidade e a arbitrariedade dos arranjos, além de examinar de que maneira, em diferentes épocas, as pessoas pensaram sobre si ou como escreveram sobre o seu tempo.

A história oral, como parte da dinâmica da resistência cultural e de descoberta desses arranjos, significa para a história das mulheres e para os estudos de gênero abrir-se a outros sujeitos históricos, vigentes na história, reconhecendo que a história oficial é uma instância parcial que marginaliza outros sujeitos, outros processos, outras narrativas, e que oferece um discurso de poder válido como oficial, mas que, sem dúvida, são apresentados como uma espécie de cultura e história clandestina.

Esse quadro de referência mostra como a memória é estruturada pelos papéis sociais e que há todo um conjunto de elementos que interferem na reconstituição do passado, como as diferentes trajetórias pessoais e os fatores objetivos e subjetivos, que não podem ser desconsiderados.

Ecléa Bosi (1994), em seu estudo sobre memórias de velhos, explica que, em relação à política, a informação dos militantes é sem dúvida mais rica e pormenorizada em comparação com a dos simples espectadores. Isso também se pôde perceber nos relatos das mulheres que compuseram esse trabalho. Aquelas que tinham maior envolvimento social e/ou político se mostravam mais interessadas em registrar suas histórias, acrescentando-lhes pormenores que consideravam importantes de serem registrados – o contrário do que ocorreu com outras mulheres mais centradas no espaço doméstico e familiar.

As memórias das mulheres examinadas nesta pesquisa estão submersas no âmbito de comportamentos e experiências de memórias coletivas patriarcalizadas, não permitindo que se evidenciem as identidades e subjetividades que foram silenciadas e ignoradas. Não é nossa pretensão colocar em pauta mais uma vez a verdade de uma história, mas deixar fluir verdades, dar espaço para histórias no plural.

Michelle Perrot (2007) faz uma crítica muito rigorosa à ideia do feminino como um ser dominado e àqueles que consideram que as mulheres, por terem uma herança simbólica e histórica de invisibilidade, se constituíam em um sexo “frágil”. A história de vida capta a dinâmica, as características e os parâmetros da cultura individual. Por meio dela, é possível perceber como o sistema sociocultural afeta o comportamento individual, os valores e a autoimagem. Por outro lado, o indivíduo afeta a comunidade em que vive atuando como uma fonte de mudança cultural significativa. A história de vida fornece, assim, o aspecto social, o psicológico e a interface entre ambos.

O desafio dos(as) historiadores(as) é entender a relação entre a memória produzida e as práticas que essas memórias proibem, prescrevem, condenam e representam. O desafio é pensar conceitualmente e metodologicamente pela ótica de gênero a distância entre as práticas e os discursos que essas memórias legitimaram sobre os sexos ao longo do tempo.

Das narrativas dessas memórias é possível extrair as bases sociais que formam a identidade e o poder da sociedade em pressionar para o conformismo ou para a ruptura em relação aos papéis de cada gênero. Os sem voz, silenciados sem consentimento, eram tidos como não importantes devido a um estigma social ou status inferior. Assim, foram excluídos os pobres, as mulheres, as crianças, os deficientes, os homossexuais, as minorias étnicas, religiosas etc.

Para romper com a tradição do silêncio, os pesquisadores buscam um novo conjunto de imperativos na condução das pesquisas com e sobre os silenciados. O conhecimento pode e deve ser produzido, apropriado e utilizado pelas pessoas comuns num contexto político de solidariedade, mutualismo e relações não hierárquicas.

A história oral, como as histórias de vida, parece orientada a uma ciência com postura de ativismo social. Maria Izilda Matos (2005) atesta com propriedade alguns fatores que explicam a presença maior de mulheres nos estudos acadêmicos dos últimos anos, tais como sua crescente presença no mercado de trabalho e suas lutas pela igualdade de direitos. Vale destacar também que o trabalho da história oral junto às mulheres resgata um nível de historicidade³ que comumente era conhecida através da versão produzida pela historiografia oficial. Na medida em que os depoimentos são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que as mulheres têm das suas vidas e do mundo ao redor.

Por sua vez, várias autoras brasileiras, como Margareth Rago, Maria Izilda Matos, Rachel Soieith, Roselane Neckel, Joana Maria Pedro, entre outras, têm contribuído para o conhecimento da história das relações de gênero, focalizando a maneira como o gênero se constitui num ponto de apoio para a constituição de subjetividades, políticas públicas e relações com a história. A história enquanto representação do real se refaz e se reformula a partir de novas perguntas realizadas pelo historiador ou mesmo da descoberta de outros documentos ou fontes.

A elaboração da história está sempre voltada para o que se expressou ou se manifestou de forma pública ou privada. Essa manifestação, no ato mesmo de se projetar na sociedade, adquire, ao ser tratada historicamente, uma dimensão cronológica e ao mesmo tempo temática que, em princípio, não resgata a dimensão do vivido que o acontecimento ou o fato provocou.

Para nós, parece que um dos caminhos para construir uma relação entre história oral e memória inclui o exame crítico sob a ótica de gênero, já que ele possibilita desvendar conflitos, vislumbrar um sentido duplo nas interpretações da história das mulheres, além de permitir reparar os “silêncios patriarcais do passado”, tomando aqui a frase emprestada de Natalie Zemon Davis.

Nesse sentido, a experiência feminina (KOFES; PISCITELLI, 1997) pode ser comunicada porque não implicaria apenas em ações e sentimentos, mas também em reflexões sobre ações e sentimentos. Com essa noção de experiência, poderíamos capturar as narrativas

das mulheres sobre suas experiências e incorporar suas interpretações, apontar junções e disjunções temporais, mudanças e continuidades, tradições e rupturas.

Ao privilegiar a experiência tendo como recorte empírico trajetórias em diferentes tempos, defrontamo-nos com algo que já foi e sobre o qual se fala. Desse modo, ao tratar de experiências narradas, torna-se crucial levar em conta também a temporalidade interna às próprias narrativas. Expor, contar, referir, dizer, registrar, pôr em memória (e, portanto, lidar com a temporalidade) são elementos semânticos constitutivos do termo narrar.

Segundo Halbwachs (2006) nada na memória escapa à trama sincrônica da existência social do presente. Assim considerada, a memória desaprisionaria os fatos de uma temporalidade linear, externa, própria da reconstrução histórica, libertando as múltiplas temporalidades vivenciadas. O que é lembrado responderia sempre às necessidades da ação atual que, segundo o autor, operam à maneira de um filtro, selecionando as tradições que se esquecem e as que se transmitem, de maneira que as tradições são modificadas na medida em que os grupos mudam.

Nas memórias, as lembranças pessoais são reconstruídas a partir de um presente que é social, uma vez que, para o autor, a lembrança pessoal está situada na encruzilhada de redes múltiplas de solidariedade com as quais os indivíduos estão comprometidos. Entretanto, se essas reconstruções falam de um presente que estabelece limites para as lembranças e que as molda continuamente dando a elas novas formas, as lembranças também falam do passado. Ora, nessa interação entre passado e presente, nessa recriação por meio das experiências diversificadas dos sujeitos, pressupomos a atuação de gênero.

A memória oral das mulheres rema contra a maré, pois muitas vezes elas estão desprovidas de poder, o que é resultado de práticas de dominação que Pierre Clastres (1982) registra, de maneira bastante precisa como o encontro de duas instâncias fundantes do próprio movimento da história. “Falar é antes de tudo deter o poder de falar” (CLASTRES, 1982, p. 106). As mulheres, principalmente as mais velhas se agarram a fiapos da sua memória familiar para não deixar morrer a memória coletiva, sua história de vida e a do movimento social construtor da história.

Dessa forma, a história oral tem se apresentado como uma valiosa contribuição para os estudos na área de história social, história cultural, do cotidiano das mulheres com especial ênfase em sua história.

Para Thompson,

Até bem pouco tempo, a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores, em parte porque a vida delas, ligada ao lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito frequentemente transcorreu sem ser documentada [...] O descaso total por esse campo faz com que entrar nele cause a emoção de uma viagem de descoberta. (1992, p. 134)⁴.

Conclusão

A história oral é uma ferramenta metodológica especialmente útil para a História das Mulheres e para os estudos de gênero. Através da palavra feminina, suas vozes, experiências, pensamentos e desejos saem do silêncio da historiografia. A palavra representa a expressão, a comunicação e a forma de favorecer a alteração da situação e condição das mulheres. A contribuição da história oral é reconstruir a identidade feminina sob a ótica das relações de gênero.

Quando estamos agindo em determinadas situações, atuamos como mulher/homem e reproduzimos imediatamente as relações de gênero a partir de uma experiência e uma expectativa cultural específica (que ao mesmo tempo reproduz-se pelo viés das representações). A história oral é uma atividade que resgata o cotidiano, as histórias individuais e coletivas, na qual o sujeito reconstrói não só sua História de vida, mas também sua identificação social com um determinado gênero.

A história tem negado o protagonismo feminino. Nosso desafio pela história oral e pelos estudos da memória é desvelar as potencialidades, criar vias de expressão, reconhecer as limitações que a “realidade” coloca e construir um olhar crítico sobre os atores sociais marginalizados.

Por outro lado, a história oral como prática constitui a instância mais viável de conhecimento para a história das mulheres e para os estudos de gênero no tempo presente. Além do mais utilizar a história oral como ferramenta metodológica, implica transformar o objetivo tradicional da historiografia, colocando os sujeitos em seus lugares, levando a um grande desafio de pensar as relações humanas como uma trama de significados onde o cotidiano da história se incorpora e se enriquece pelo protagonismo feminino.

Notas

1 Michael Pollak, no artigo Memória, esquecimento, silêncio nos afirma que “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade”. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3, 1989.

2 Sobre as marcas da cultura na história feminina ver: SAFFIOTI (2007).

3 Ver: PEDRO (2005).

4 Ver também Alberti (2003)

Referências

- ALBERTI, Verena. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história**. Bauru: EDUSC, 2007.
- AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BARELA, Liliana. **Algunos apuntes sobre historia oral y como abordarla**. Buenos Aires: Instituto Patrimônio e Instituto Histórico, 2012.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- _____. **Formas e sentido: cultura escrita entre distinção e apropriação**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979
- GUARDIA, Sara Beatriz. **La escritura da Historia de las Mujeres en la América Latina**. Lima: CEMHAL, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- _____. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda/Vértice, 1990
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.
- JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998;

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memórias de histórias femininas, memórias e experiências. **Cadernos Pagu**. São Paulo, n. 8/9, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996;

MATOS, Maria Izilda. **Por uma história da mulher**. São Paulo: Edusc, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, v. 10, 1993.

PASSERINI, L. (Org). **Storie oralle: vita quotidiana e cultura materiale delle classi subalterne**. Torino: Rosenberg e Sellier, 1976.

PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo, v. 24, n.1, 2005. p. 77-98.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. São Paulo: Edusc, 2007.

_____. **Les sources orales pour l'histoire des femmes**. Une histoire des femmes. est-elle possible? Paris: Rivages, 1984.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.30.

_____. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 18, 1989. p. 9-18.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo: PUC, 15, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: EDUNICAMP, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Tomas Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. São Paulo: Ed. Autêntica, 2005.

SCOTT, JOAN W. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Trad. Élvio A. Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Mulher e realidade**: mulher e educação. Porto Alegre: Vozes, v. 16, n. 2, jul/dez 1990.

_____. **Gênero y história**. México: FCE, Universidad Autonoma de la Ciudad de México, 2008.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Editora UNB, 1998.

*Recebido em 28 de fevereiro de 2015
Revisado em 05 de novembro de 2015
Aceito em 10 de novembro de 2015*